

REVISTA DE DEFESA DA CONCORRÊNCIA

Volume 2 – novembro 2014 – ISSN 2318-2253

Periodicidade semestral: revista do Conselho Administrativo de Defesa Econômica, CADE, Brasília, DF.

Conselho Editorial:

Vinicius Marques de Carvalho – Presidente do CADE

Correspondência Redatorial

Revista de Defesa da Concorrência

SEPN 515 Conjunto D, Lote 4, Ed. Carlos Taurisano

CEP 70770504 – Brasília, DF

E-mail: revista@cade.gov.br

Sumário

Apresentação	2
---------------------------	---

I - Atualidades

O direito administrativo sancionador e o princípio non bis in idem na União Europeia: Uma releitura a partir do caso “Grande Stevens” e os impactos na defesa da concorrência (Paulo Burnier da Silveira)

Punitive Administrative Law and Non Bis in Idem in the European Union: a Re-Reading Through Grande Stevens and the Impacts in Competition Law..... 4

II – Doutrina Jurídica

Filtrando cartéis: a contribuição da literatura econômica na identificação de comportamentos colusivos (Simone Cuiabano, Tainá Leandro, Glauco Oliveira e Paula Bogossian)

Filtering Cartels: Economic Literature Contributions in Identifying Collusive Behavior 11

Complementaridade entre agente regulador e autoridade da concorrência: o caso do sistema financeiro (Priscilla Tardelli Tollini)

Complementarity Between Regulators and Antitrust Agencies: the Case of the Financial System 33

O instituto da prova ilícita e o direito concorrencial brasileiro (Hércules Nunes, Adriano Jayme de Oliveira Muniz, José Renato Laranjeira de Pereira, Roberto Inácio de Moraes, Fábio Henrique Sguei)

Illicit evidence and Brazilian Competition Law 64

The leniency program and the creation of a one-stop shop for markers (João Felipe Aranha Lacerda)

O programa de leniência e a criação do sistema de balcão único para markers..... 89

O contrato internacional de transferência de tecnologia e o direito da concorrência no Brasil: análise à luz da recente jurisprudência do Cade (Lucas Barrios)

International Technology Transfer Agreements and Brazilian Competition Law: an Analysis in Light of Cade’s Recent Case Law 106

O regime de prescrição da ação punitiva e da análise do mérito concorrencial no controle de estruturas do Cade (Rafael Szmid)

The Prescription of Punitive Action and the Merits Analysis in Mergers at Cade 130

O novo sistema brasileiro da concorrência: estrutura administrativa e análise prévia dos atos de concentração (Igor Voronkoff)

The New Brazilian Competition System: The Administrative Structure and Pre-Merger Analysis ... 154

As abordagens teóricas sobre atos de concentração nas escolas de Harvard e de Chicago (André Santos Ferraz)

The Theoretical Approach to Merger Analysis by the Schools of Harvard and Chicago 173

Apresentação

Chegamos ao final do ano de 2014 com a quarta edição da **Revista de Defesa da Concorrência**, que apresenta nove artigos organizados em duas partes, “Atualidades” e “Doutrina”.

Na seção “Atualidades”, o artigo “O direito administrativo sancionador e o princípio *non bis in idem* na União Europeia: uma releitura a partir do caso ‘Grande Stevens’ e os impactos na defesa da concorrência” discute o princípio do *non bis in idem* a partir de caso paradigmático do Tribunal Europeu de Direitos Humanos. No caso conhecido como “Grande Stevens”, o tribunal decidiu que o sistema jurisdicional italiano havia incidido em *bis in idem* ao condenar os recorrentes tanto no âmbito administrativo quanto no criminal, determinando a anulação das sanções penais impostas pela justiça criminal italiana.

O estudo introduz preciosas informações a respeito dessa nova perspectiva, advindas de uma criteriosa pesquisa a respeito de como se formatou a decisão do TEDH. No desenvolvimento de suas reflexões, o autor analisa os dois vetores do *bis in idem*: a dupla imposição de sanção e a identidade da conduta. O Brasil, país que também tem o *jus civilis* como tradição jurídica, pode vir a sentir os impactos dessa decisão em seus debates doutrinários e jurisprudenciais a respeito de decisões do direito administrativo sancionador e do sistema criminal em condutas anticoncorrenciais.

Na seção de “Doutrina”, apresentamos oito artigos que cobrem diversos temas concorrenciais, trazendo contribuições para a literatura econômica e jurídica.

No início da seção, o artigo “Complementaridade entre agente regulador e autoridade da concorrência: o caso do sistema financeiro” aborda o debate vigente sobre conflito de competências entre o Conselho Administrativo de Defesa Econômica e o Banco Central apresentando os principais fatos e argumentos envolvidos, a recente decisão do Supremo Tribunal Federal e o indispensável estudo sobre como se dá a relação entre autoridade concorrencial e autoridade financeira em outras jurisdições.

Já na temática sobre ilícitos concorrenciais, temos uma contribuição para a melhoria na repressão a cartéis através do artigo “Filtrando cartéis: a contribuição da literatura

econômica na identificação de comportamentos colusivos”. A revisão da literatura corrente sobre aplicação de filtros quantitativos (*screening*) para identificação de cartéis e o estudo de julgados do Cade resultou em uma sistematização de propostas dos autores para aprimorar a aplicação desses filtros no Brasil. Ainda no tema de condutas, “*The leniency program and the creation of a one-stop shop for markers*” analisa a importância do sistema de *markers* para o fortalecimento do programa de leniência do Cade, ponderando sobre o papel de um sistema global de balcão único (*one-stop shop*) no fortalecimento e facilitação de acordos de leniência.

Em seguida, dois artigos debatem importantes temas dos Direitos Processual e Administrativo na execução das competências do Cade. O primeiro deles, “O instituto da prova ilícita e o direito concorrencial brasileiro”, avalia o impacto do silêncio do legislador na Lei 12.529/11 a respeito das provas à luz do papel do instituto da prova ilícita nos processos administrativos do Cade. Já o artigo “O regime de prescrição da ação punitiva e da análise do mérito concorrencial no controle de estruturas do Cade”, analisa o decurso do prazo prescricional para o exercício da ação punitiva pela Administração Pública Federal e sua relação com os procedimentos de análise de atos de concentração pela autoridade concorrencial brasileira.

Já em “O contrato internacional de transferência de tecnologia e o direito da concorrência no Brasil: análise à luz da recente jurisprudência do Cade”, temos um estudo dos impactos concorrenciais dos contratos de transferência de tecnologia, refletindo sobre a possibilidade e conveniência da atuação do Cade nesses casos.

Em mais um texto que coopera para o entendimento dos efeitos trazidos pela nova lei antitruste brasileira, “O novo sistema brasileiro da concorrência: estrutura administrativa e análise prévia dos atos de concentração” empreende um estudo de dados para entender como a nova estrutura administrativa trazida pela Lei 12.529/11 impactou a análise de atos de concentração.

Finalmente, fechamos a revista com uma reflexão sobre os fundamentos acadêmicos da matéria concorrencial em “As abordagens teóricas sobre atos de concentração nas escolas de Harvard e de Chicago”, trazendo as contribuições dessas duas escolas, a evolução do

debate entre elas e a importância da Nova Escola de Chicago para o momento atual do antitruste.

Desejo a todos uma ótima leitura!

Vinicius Marques de Carvalho
Editor-chefe da Revista de Defesa da Concorrência